

A linha como
um conceito
Antropologia, Africa D.A.

300.5
B12



BOLETIM DO MUSEU NACIONAL

NOVA SÉRIE
RIO DE JANEIRO - BRASIL

ANTROPOLOGIA — N.º 19 — 3 de maio de 1961

GRUPO DOMÉSTICO, FAMÍLIA E PARENTESCO: IDÉIAS PARA UMA PESQUISA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (*)

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA
Museu Nacional — Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O estudo das conexões entre as instituições e os grupos sociais tem sido objeto de permanente interesse por parte dos especialistas em Ciências Sociais, dedicados à Sociologia, à Etnologia e à Antropologia Social. Entre os antropólogos sociais, notadamente, *grupos sociais*, como a família ou o grupo doméstico, e *instituições*, como o matrimônio ou o parentesco, sempre representaram um assunto dos mais palpitantes à análise intensiva e comparativa.

Como resultado da relevância desses temas, numerosos foram os trabalhos escritos, desde os dos antigos antropólogos sociais e etnólogos até os mais recentes e sofisticados estudos daqueles cientistas, treinados, na tradição da Antropologia Social britânica ou por ela inspirados. O número de bons estudos realizados em contextos tribais somam-se às dezenas, distribuídos, em sua grande parte, no continente africano, Oceania e, secundariamente, na Ásia e América do Norte.

No Brasil, pode-se dizer que os recursos da análise funcional-

(*) Este trabalho, em sua forma original, foi apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil como **Projeto** de uma Pesquisa a ser realizada, sob nossa direção, por uma equipe formada por alunos-bolsistas, pós-graduados, do "Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social", que ministramos no Museu Nacional. A referida pesquisa se acha, atualmente, em fase de elaboração dos dados colhidos no "campo", durante os meses de junho, julho e agosto de 1960.



Composto e impresso
na Oficina Gráfica da
Universidade do Brasil

estrutural não foram empregados de uma maneira ampla e sistemática, apesar dos trabalhos de HERBERT BALDUS, CURT NIMUENDAJU, KALERVO OBERG, JAMES WATSON, CHARLES WAGLEY e EDUARDO GALVÃO (1), relacionados com a descrição da organização social, e de EGON SCHADEN, DARCY RIBEIRO e o mesmo E. GALVÃO no que se refere às relações entre a ordem social e o sistema mítico-mágico-religioso (2). Nesses trabalhos a explanação interpretativa — mesmo aquela orientada pelo funcionalismo tradicional — cede lugar à reconstrução pura e simples de totalidades sócio-culturais, sem se valerem seus autores dos recursos teóricos da Antropologia Social. O que não quer dizer, contudo, que dentro dos padrões da Etnologia êsses trabalhos não constituam exemplos modelares.

Por êsse motivo, contam-se como únicos os trabalhos de Florestan Fernandes, sôbre os Tupinambá (3), nos quais realiza a reconstrução histórica do sistema social indígena, recorrendo aos cronistas quinhentistas e seiscentistas, para em seguida submeter a ordem tribal, assim obtida, a uma refinada e penetrante análise funcional. Tais trabalhos vieram representar uma contribuição para a metodologia da Antropologia Social, por tornarem adequada para procedimentos analíticos (análise dos tipos empíricos, construídos historicamente) uma abordagem até então reservada apenas para a “pesquisa de campo”, a se tomar por base o padrão difundido por centros de investigação sócio-antropológica como Oxford,

(1) Indicamos aqui apenas aquêles trabalhos que, a nosso ver, constituem explanações etnológicas satisfatórias a propósito da organização social de tribos brasileiras. Assim temos, de H. Baldus, *Ensaio de Etnologia Brasileira* (São Paulo, 1937), de Curt Nimuendaju, *The Apinayé* (Washington, 1939), *The Serente* (Los Angeles, 1942) e *The Eastern Timbira* (Berkeley e Los Angeles, 1946), de L. Oberg, *The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil* (Washington, 1949), de J. Watson, “Cayuá Culture Change: A Study in Acculturation and Methodology” (*American Anthropologist*, 54, n.º 2, Part 2, Memoir 73, 1952), de Ch. Wagley e E. Galvão, *The Tenetehara Indians of Brazil* (New York, 1949) de E. Galvão, só, “Cultura e Sistema de Parentesco das Tribos do Alto Rio Xingú” (*Boletim do Museu Nacional. Série Antropologia*, n.º 14, 1953). Podemos indicar, ainda, o desprezioso trabalho de Robert Murphy e Buell Quain, *The Trumai Indians of Central Brazil* (New York, 1955).

(2) Egon Schaden, *Ensaio Etno-Sociológico sôbre a Mitologia de algumas tribos indígenas do Brasil* (São Paulo, 1945), Darcy Ribeiro, *Religião e Mitologia Kadiuéu* (Rio de Janeiro, 1950) e Eduardo Galvão, *Santos e Visagens: Um estudo da vida religiosa de Ita, Amazonas* (São Paulo, 1955).

(3) Cf. *A Organização Social dos Tupinambá*, (São Paulo, 1948) e “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá” (*Revista do Museu Paulista*, vol. VI, 1952).

Cambridge ou “London School of Economics”. Nessa linha, poderíamos ainda acrescentar o trabalho de Claude Levi-Strauss a respeito dos Nanbikuára (4), embora esteja êle mais ligado à tradição francesa da análise funcional-estrutural.

I — FORMULAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa que neste artigo se pretende formular visa a investigar a organização dos grupos familiares e domésticos dos índios Terêna, considerados sômente aquêles localizados junto às cidades. Em outras palavras, a pesquisa será concentrada na população Terêna “urbanizada” (5), egressa de suas aldeias e em processo de integração à sociedade brasileira, através de sua penetração numa ordem nacional (de características urbanas) e num sistema de classes. O problema principal da pesquisa será aquêle referente às conseqüências da “urbanização” na constituição dos grupos domésticos e na mudança ocorrida (se ocorrida) na estrutura da família e no papel desempenhado pela rêde de parentesco (que transcende o grupo familiar).

As razões que se poderiam apresentar em defesa da escolha dos Terêna como objeto de investigação são de duas ordens. Uma de ordem teórica e outra de ordem prática. A de ordem teórica

(4) Cf. “La Vie Familiale et Sociale des Indiens Nambikuara” (*Journal de la Societé des Americanistes*, N.S., 37, Paris, 1948). É grande a nossa expectativa em relação aos trabalhos de David Maybury-Lewis, a respeito dos Xerênte e dos Xavante, temas de sua tese de doutoramento (D. Phil.) em Oxford; a se julgar por seus artigos críticos, como “Kinship and Social Organization in Central Brazil” (Proceedings of the Thirty-Second International Congress of Americanists, 1958), “The Analysis of Dual Organizations: A methodological Critique” (*Bijdragen, Tot de Taal-Land-en Volkenkunde*, Deel 116, 1960) e “Parallel Descent and the Apinayé Anomaly” (*Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 16, n.º 2, 1960), talvez a literatura brasileira venha a ter o seu mais completo trabalho, realizado nos moldes da Antropologia Social. (Sômente depois que êste trabalho estava no prelo, tivemos em mãos a obra de Robert Murphy, *Headhunter's Heritage*, cujos capítulos 4, 5, 6 e 8 fornecem ao leitor uma análise do Sistema Social Mundurukú).

(5) Utilizamos-nos do termo “urbano”, na acepção dada por Robert Redfield, quando estabelece seu clássico “gradient” Folk-Urbano, exprimindo dois “tipos ideais”, polares, de uma série gradual de um “continuum” sociológico. Cf. R. Redfield, *Civilização e Cultura de “Folk”* ed. Martins, 1949 e “Historia Natural de la Sociedad de Folk”, in *Ciencias Sociales*, União Panamericana, vol. IV, n.º 23, 1953, entre outros trabalhos; veja-se ainda, nesse mesmo número de *Ciencias Sociales*, o artigo de Horace Miner “El continuum folk-urbano”.

refere-se ao fato dos Terêna desfrutarem de uma situação de conjugação intercultural peculiar, uma vez que constituem um dos raros grupos em território brasileiro que possuem representantes, — que vão a quase 500 indivíduos — situados em cidades, ao mesmo tempo que, de um modo ou de outro, se mantêm ligados às suas aldeias de origem (6). Conhecido o sistema social indígena vigente nas aldeias e, sobretudo, a estrutura social tradicional (já esfacelada, mesmo nas aldeias), o pesquisador terá a oportunidade de acompanhar o comportamento dos Terêna em termos de sua organização social, i.e., seus esforços em se organizarem nas circunstâncias as mais variadas, levando sua estrutura social a correções sucessivas (7). Partindo, pois, da análise do grupo familiar e da instituição do parentesco operando nas órbitas intra e inter-familiares, poder-se-á divisar novas correções que a estrutura social Terêna teria sofrido. A análise comparativa desses mecanismos de correção estrutural constituem um dos pontos de maior significado na moderna Antropologia Social e que, no Brasil, temos procurado estudar sistematicamente (8).

Quanto à razão de ordem prática, pode-se dizer que ela surge da situação de grupo minoritário, em que se encontram os Terêna, no seio da sociedade brasileira, acomodados num sistema social estratificado em classes e portador de uma cultura distinta, mais “poderosa” — pois representa o grupo dominante — ao mesmo tempo que atua como uma agressiva agência de mudança social e cultural. Um grupo minoritário desse tipo poderia ser considerado, em termos da sociedade global, como um dos seus segmentos sócio-culturais. Pois bem; o treinamento, que se obtiver com o estudo de semelhante unidade, poderá proporcionar ao pesquisador, no futuro, condições as mais favoráveis para aplicar os recursos da Antropologia Social na investigação de nossa própria sociedade, tomando, para isso, segmentos sócio-culturais tais como minorias

(6) Cf. R.C. de Oliveira, *O Processo de Assimilação dos Terêna*. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1960: cap. VII.

(7) Uma dessas correções foi indicada por nós em nosso artigo “Matrimônio e Solidariedade Tribal Terêna: Uma tentativa de análise estrutural”, in *Revista de Antropologia*, vol. 7 n.º 1 e 2 (duplo), São Paulo 1959.

(8) Cf. R.C. de Oliveira, “The role of Indian Posts in the Process of Assimilation: Two case Studies”, in *América Indígena*, vol. XX, n.º 2, (abril) 1960.

étnicas, religiosas ou nacionais (imigrantes) ou “sub-culturas” de classe, como as operárias, as camponesas, as de “classe média suburbana”, etc. (9). Numa e noutras se poderá fazer o que RAYMOND FIRTH recentemente fez na Inglaterra, quando estudou dois segmentos sócio-culturais da sociedade britânica, um, operário e outro constituído por imigrantes italianos (10).

Focalizando o parentesco e a organização dos grupos familiares, Firth demonstrou que a sensibilidade dos esquemas conceituais manipulados pelos antropólogos sociais, com tanto sucesso na análise de sociedades “simples”, não se embota quando aplicados ao estudo de certas instituições e grupos sociais de sociedades “complexas”. Ao contrário, tende a contribuir com um ponto de vista novo aos seus colegas sociólogos, habituados a considerarem o seu próprio sistema social, i.e., a sociedade ocidental, como possuidora de uma estrutura social extremamente flexível e prêsã de grande variabilidade. As ponderações de Firth, quanto a essa noção, revestem-se de grande serenidade e sensatez: “Um antropólogo, — escreve êle — acostumado com sistemas mais rígidos e mais altamente formalizados, está em condições de ficar impressionado com o grau de flexibilidade e de escolha pessoal nas unidades ocidentais de parentesco. Enquanto um sociólogo, habituado à relativa flexibilidade das articulações sociais ocidentais, estará em condições de se surpreender com o grau de padronização discernível na esfera de parentesco, quando para êle voltar sistematicamente sua atenção” (11).

II — IDÉIAS DIRETRIZES

O primeiro procedimento metodológico que se deve tomar é aquêle que se relaciona com a seleção das instâncias empíricas pas-

(9) O conceito de segmento sócio-cultural está sendo usado no sentido de Julian Steward, conforme seu livro *Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution*, 1955, pp. 66-67. Quanto ao conceito de sub-cultura, o leitor poderá encontrar sua aplicação à sociedade brasileira, no artigo de Charles Wagley “Estudo de Comunidade no Brasil sob perspectiva nacional”, in *Sociologia*, vol. XXI, n.º 2, São Paulo, 1954.

(10) Cf. Raymond Firth, *Two Studies of Kinship in London*, 1956.

(11) Idem, pag. 16.

síveis de explicação pelo método funcional-estrutural. A consideração de constelações familiares e do grupo doméstico, como estruturas “concretas”, e das instituições de matrimônio e de parentesco, como estruturas “analíticas” (12), leva-nos a procurar estabelecer aquelas “uniformidades altamente estáveis”, encontradas em todos os sistemas sociais (como a família, a sociedade, etc.) e características das unidades normativas (como o matrimônio, o parentesco, etc.), que têm lugar no sistema social Terêna. A questão aqui é de se saber até onde e como essas estruturas poderão ser apreendidas na pesquisa empírico-indutiva.

Partindo da análise das funções desempenhadas pelas unidades “concretas” e “analíticas” em pauta, poder-se-á chegar à conduta padronizada e às normas estandarizadas ou, em resumo, às respectivas estruturas. Isso, evidentemente, é um procedimento passível de execução no nível da análise, no nível em que os “tipos empíricos” já se acham devidamente construídos.

Nas fases de coleta e de construção dos “tipos empíricos”, parece-nos recomendável concentrar a investigação, inicialmente, nos grupos domésticos, uma vez que eles representam uma unidade concreta das mais significativas, pois abrangem todo o grupo residencial, incluindo a família (elementar ou extensa) e os agregados. Ilustra isso a afirmação de Meyer Fortes de que “em todas as sociedades humanas a fábrica da reprodução social é o grupo doméstico” (13). Por outro lado, há que se ter em mente que as “formações residenciais são determinadas pelas relações econômicas, afetivas, legais que surgem como fatores primários”, ao contrário das instituições de “parentesco, descendência, matrimônio e cidadania” que, no grupo doméstico, desempenham um papel secundário (14). “Os padrões residenciais são, em um certo momento,

(12) Segundo Marion J. Levy Jr., “O conceito de estrutura refere-se a um aspecto dos fenômenos empíricos divorciado do tempo”, podendo ter ele um caráter “concreto” ou “analítico”. **Estrutura concreta** quando “passível de separação física” no tempo e no espaço, como a sociedade, a família, etc.; **estrutura analítica**, como “aspecto padronizado de ação que não é teoricamente capaz de separação concreta de outros aspectos padronizados de ação”, como a economia, a política, etc. (Cf. *The Structure of Society* 1952, pp. 58, 88-89).

(13) Cf. “Introduction” to *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Ed. J. Goody, Cambridge Papers in Social Anthropology, n.º 1, 1958, pag. 2.

(14) Cf. Meyer Fortes, o.c., pag. 3.

a cristalização de um processo de desenvolvimento dos tipos ou formas de família”, através dos quais podemos encarar o grupo doméstico como unidade de investigação. Quando a unidade passa a ser um de seus componentes, i.e., quando passamos a focalizar a pessoa, temos que considerar a instituição do matrimônio como um elemento essencial na determinação da escolha da residência (15).

Para a subsequente análise do grupo doméstico, teremos forçosamente que colher dados atinentes ao seu *período de vida*, ou, segundo a expressão de Fortes, aos “estágios” ou “fases” de seu desenvolvimento. O que equivale a determinar os chamados “ciclos domésticos”. A esse respeito, pôde aquele antropólogo social valer-se de quatro magníficos ensaios escritos por especialistas de Cambridge (16) sobre esse tema e como resultados de pesquisas de campo. O que nos sugere é o seguinte:

1. Determinar, em termos estruturais, o momento em que ocorre o fracionamento da família nuclear, uma vez que ela corresponde ao período em que os filhos (as) dependem dos pais economicamente, afetivamente e legalmente. (Em termos biológicos, isso coincide com a perda de fertilidade da mulher, mãe desses filhos). Essa primeira fase pode ser considerada como a da formação da família de procriação e sua transformação em família de orientação, até seu fracionamento.
2. A fase intermediária pode ser indicada quando ocorre o casamento do filho mais velho até o casamento do mais novo. É a fase de dispersão ou cisão.
3. A fase final pode ser indicada por ocasião do estabelecimento do último filho (mais novo) em seu “status” de casado; em termos da estrutura da família — que eles, os pais, fundaram — isso se complementa pela substituição da família “geradora” pela de seus filhos, mais especificamente pela do herdeiro do pai.

Mas, para a investigação ganhar profundidade, impõe-se uma distinção — válida apenas analiticamente — entre a família nuclear (elementar ou conjugal) e o grupo doméstico. Aqui, mais uma vez,

(15) Idem, pp. 3-4.

(16) São os trabalhos de Leach, Goody, Freeman e Stenning, reunidos na citada obra *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, 1958.

vamo-nos valer dessa recente contribuição teórica do grupo de Cambridge: “O grupo doméstico é, essencialmente, uma unidade de manutenção e harmonização da casa, organizada para prover recursos materiais e culturais necessários para manter e criar seus membros” (17). Por outro lado, “a composição da família nuclear e do grupo doméstico pode ser idêntica, como é geralmente em nossa sociedade (inglês — RCO); mas as funções estritamente reprodutivas, no sentido dado ao nosso conceito de reprodução sexual, são distinguíveis das atividades concernentes com a produção de alimentos e abrigo, e meios não-materiais para assegurar a continuidade da sociedade como um todo” (18). O grupo doméstico surge aqui como um dos domínios básicos em que se estrutura a solidariedade social (19). Como distinção complementar, convém que se considere o domínio do grupo doméstico e o domínio das relações político-legais, para, em seguida, considerarmos a esfera das relações de parentesco extrafamiliares (ou aquelas relações que ocorrem entre parentes, mas fora do grupo doméstico). No grupo doméstico, o parentesco, a descendência e outros vínculos afetivos, como a adoção ou a agregação de indivíduos não-aparentados, contribuem para a sua constituição, enquanto que o núcleo do grupo (a família) se acha formado somente pelos vínculos diretos de matrimônio, filiação e irmandade. Ocorre que as relações de ordem conjugal bem como a filiação, quer numa sociedade “primitiva”, quer numa sociedade complexa, devem ter “status” legal e, em certo sentido — sobretudo nos sistemas sociais “primitivos” —, devem ser ritualizadas, como na atribuição de “status” jurídico às crianças (a nomeação, os rituais de iniciação, etc.).

Numa população, do tipo da dos Terêna “urbanizados” em que a ordem legal e política tradicional foi substituída por uma ordem imposta pela sociedade dominante, a tarefa que cabe ao pesquisador é a de registrar as contradições emergentes da interação entre os grupos familiares e a sociedade brasileira, quando esta é levada

(17) Idem, pag. 8.

(18) Idem, pag. 9.

(19) Em termos de gerações é conveniente considerar a família elementar como possuindo somente duas gerações, enquanto que o grupo doméstico pode abranger três gerações — o que acontece freqüentemente — e membros colaterais.

a não sancionar certos aspectos da conduta intrafamiliar (como a poliginia, certas modalidades de herança, a extensão da categoria de irmão ao grupo de “sibling”, etc.). Além disso ainda se pode investigar as sobrevivências da antiga ordem tribal nas relações interfamiliares Terêna, quando a teia de parentesco começa a regulamentar o ajustamento individual extrafamiliar, num plano intermediário entre o nível do grupo doméstico e da família, e o nível político-legal da sociedade brasileira dominante.

Ainda em relação com o ajustamento individual extrafamiliar, deve-se procurar estudar o papel que nesse ajustamento pode desempenhar o grupo de parentesco: até onde as famílias conjugais se limitam a operar no grupo doméstico (sobretudo quando este é amplo ou formado por mais de uma família elementar); ou quando e como as famílias conjugais passam a se relacionar umas com as outras na órbita do grupo minoritário inclusivo, i.e., quando essas famílias transcendem ao grupo doméstico e passam a constituir o que Firth chamou de “grupos de orientação pessoal” ou “grupos de mobilização potencial” (20). Esses grupos são formados freqüentemente em ocasiões de funerais, festas, casamentos, etc., em que Ego se orienta pelo parentesco bilateral e por suas preferências afetivas em relação à pessoa central da cerimônia, quando ele é o convidado, ou em relação aos indivíduos recrutados para a cerimônia, quando ele é o centro. Nesse sentido, a ampliação do parentesco pela instituição do *compadrio* deve merecer um cuidado todo especial, sobretudo por se constituir num tipo de grupo organizatório (em oposição a grupos estruturais, como o de parentesco) ainda não suficientemente estudado em contextos indígenas, no Brasil.

Outro problema que merece ser investigado — em conexão com a formação de “grupos de mobilização potencial” e com a ampliação da rede de parentesco pelo *compadrio* — é o que se refere ao papel desempenhado pelos *grupos vicinais* no recrutamento dos membros para aqueles grupos sociais: o “de orientação pessoal” e o “de parentesco artificial”. É sabido que o “espaço social” (na concepção de Sorokin) possui natureza diversa do “espaço geo-

(20) Cf. Raymond Firth, o.c., pag. 16.

métrico” ou físico. Isso não quer dizer que não se possa correlacioná-los como o fazem os ecologistas — buscando, através desse recurso, certo tipo de explicação da realidade social. Referimo-nos especialmente aos grupos vicinais e aos *contatos primários* que, em seu interior, se estabelecem entre os indivíduos, seus componentes. Por meio da análise desses contatos, pode-se classificar esses grupos vicinais como *grupos primários* (juntamente com a família, o grupo doméstico e demais grupos, onde os contatos são pessoais, espontâneos, íntimos, completos), em oposição aos *grupos secundários*, onde predominam os contatos categóricos, inexistência de intimidade e onde as relações são anônimas, impessoais e calculadas (21). A pergunta que se impõe aqui é a seguinte: qual a magnitude dos grupos primários Terêna? Seus limites transcendem os grupos vicinais? Até onde o conceito — de grupo primário — pode ser aplicado ao total da população Terêna urbanizada numa determinada cidade, ou em alguns de seus segmentos sócio-culturais? (Como o grupo de protestantes, grupo de imigrantes de aldeias específicas, etc.). São questões cuja consideração nos pode indicar algumas rotas seguras para o estudo da organização social dos Terêna, enquanto minoria étnica cidadina. Em outras palavras, levam-nos ao conhecimento das formas de adaptação do comportamento adotadas pela população “urbanizada”, a partir do momento em que a estrutura social operativa nas aldeias tende a se tornar obsoleta, ou quando princípios estruturais entram em contradição (22).

III — ESQUEMA DO PROJETO E SUAS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

1. Da aldeia à cidade

Histórico da migrações buscando, por uma análise comparativa dos grupos familiares, localizar dentre os seus componentes os indivíduos “chave” na mobilidade do grupo. Distinguir também os diferentes papéis desempe-

(21) Para uma análise mais profunda ver E.T. Hiller, *Social Relations and Structure*, 1947, cap. 19.

(22) Cf. Raymond Firth, “Some Principles of Social Organization”, in *Journal of Royal Anthropological Institute*, vol. 85, 1955; R.C. de Oliveira, “Matrimônio e Solidariedade Tribal Terêna...” pag. 42.

nhados pelas diferentes categorias de parentesco no processo de deslocamento da aldeia para a cidade, quando a unidade envolvida é uma família extensa ou um conjunto de famílias conjugais aparentadas.

2. Instalação dos grupos familiares numa sociedade de classes “urbana”.

Levantamento das ocupações, em termos de seu histórico (sucessivas ocupações), sua atualidade e expectativas ocupacionais dos responsáveis pela subsistência do grupo doméstico.

Análise das situações de contato que patenteiem a separação de classe sobreposta à separação étnica. Considerar nesse capítulo as variáveis etnia e classe, como dois elementos básicos, e mutuamente influenciáveis, na acomodação dos Terêna na sociedade brasileira, urbana e suburbana.

Tais situações de contato poderão abranger tôdas as dimensões do sistema social Terêna. Isso significa que a pesquisa focalizará tôdas as formas de conduta (econômica, recreativa, política, religiosa, etc.), passíveis de serem explicadas ou compreendidas através dos grupos familiar, doméstico e outros grupos organizatórios, e de instituições como o matrimônio e o parentesco. Em última análise, é examinar o comportamento dos grupos familiares em sua nova situação de grupo minoritário, ou de minoria étnica, numa sociedade “adversa” e estratificada em classes.

3. Caracterização dos grupos domésticos

Análise das residências, quer do ponto de vista de recursos materiais, quer do ponto de vista de sua composição: i.e., classificação de seus moradores em termos das relações de parentesco real ou artificial (compadrio, adoção), consanguíneo ou afim. Examinar os mecanismos de formação do grupo doméstico, como o matrimônio, a herança, a sucessão, etc., a contribuição desses mesmos mecanismos para o seu esfacelamento (cisão dos grupos domésticos). Nesse capítulo serão consideradas, de um lado, as atividades ligadas à produção econômica e, de outro, aquelas relacionadas à conservação da solidariedade grupal. Identificar aí os mecanismos de diferenciação e de atribuição de papéis no sistema interno do grupo doméstico.

4. *Análise da família*

Focalização da pesquisa na família elementar, estudando-a inicialmente como agência de socialização; nessa segunda dimensão destacar a participação do grupo doméstico, como agência de "reprodução social" (juntamente com a família de orientação).

A título de investigação intensiva, procurar estudar famílias de diferentes tamanhos, distribuição de idade (relativa) e em diversas modalidades de associação, i.e., conjunção de duas ou mais famílias elementares no grupo doméstico, e número variável de gerações.

5. *Relações extrafamiliares entre parentes.*

Isolamento ou integração da família elementar na rede de parentesco. Estudo de todas as relações fora do grupo doméstico em que parentes estejam envolvidos, quaisquer que sejam suas idades, sexo, status, etc. Busca de informações sobre o conhecimento do grupo parental (enumeração de nomes de parentes pelos informantes) correlacionando-as com a conduta efetiva do grupo. Verificar o funcionamento do sistema de parentesco na regulamentação da conduta, distinguindo aquelas relações (de parentesco) obrigatórias (ou prescritas) daquelas simplesmente *permissíveis*; substituição da ordem tribal pela ordem nacional, refletida na transferência da regulamentação da conduta extrafamiliar (mas entre parentes) do sistema de parentesco para o sistema político-legal da sociedade brasileira.

Naturalmente que um esquema desse tipo estará sujeito a modificações parciais, na medida em que a análise dos dados fornecer perspectivas mais ricas de explicação da conduta dos Terêna "urbanizados". Entretanto, acreditamos haver formulado os problemas básicos de uma pesquisa tendente à explicação dos modos de organização (melhor, diríamos, de reorganização) dos grupos domésticos Terêna, quando estes passam de uma situação de aldeados para uma outra, de cidadãos. Em termos teóricos, seria explicar o processo pelo qual estruturas sociais aborígenes se integram no sistema social da sociedade nacional inclusiva.

S U M M A R Y

The aim of the research project outlined in this article, is the investigation of the organization of family and domestic groups among the Terena Indians of southern Mato Grosso, Brazil. More specifically, the investigation will be concentrated upon the urbanized Terena population, originating in the villages, but now in the process of integration into Brazilian society, that is, into a national, urban order and class system. The principal problem suggested by this article for investigation has reference to the consequences of urbanization in the composition of domestic groups, to the change occurring to family structure, (if it occurs) and to the role played by the network of kinship relations (which transcends the family group).

The treatment of the following themes represents the framework of the project:

1. *From village to city.* An historical sketch of the migrations, attempting to identify the "key" individuals in the mobility of family groups, by the means of a comparative analysis of the groups. A differentiation of the various roles played by different kinship categories in the process of dislocation from village to city, when the unit involved is an extended family or a group of families related by marriage.

2. *Installation of family groups in an urban, class society.* A survey of occupations, in terms of the past (successive occupations), of the present, and of occupational probabilities for those responsible for the subsistence of the domestic group. An analysis of contact situations which evidence *class* and *race* distinctions. A consideration of variations in race and social class as two basic elements, each influencing the other, in the accommodation of the Terena to Brazilian society, urban and suburban.

Such contact situations may include all dimensions of the Terena social system. This means that the research will bring into focus all forms of conduct (economic, recreative, political, religious, etc.) that can be explained or understood in terms of family groups, domestic groups, and other organisational groupings, and in terms of institutions such as marriage and kinship. In the last analysis, it means the examination of the behavior of family groups in their new circumstance as a minority group, or ethnic minority, in a "hostile" class-stratified society.

3. *Characterization of domestic groups.* An analysis of the residence, from the viewpoint both of its material resources and of its composition, i.e., the classification of the residents in terms of actual or of artificial (compadre, adoption) kin relationships, consanguineous or affinal. An examination of formational mechanisms of the domestic group, such as marriage, inheritance, succession, etc., and the contribution of these mechanisms towards its weakening (the dividing

